



**PcD E EMPREENDEDORISMO: UMA DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO
ESPECIAL, INCLUSIVA E EMPREENDEDORA**

**PwD AND ENTREPRENEURSHIP: A DISCUSSION ON SPECIAL, INCLUSIVE
AND ENTREPRENEURIAL EDUCATION**

CASTRO, Brenda Souza de¹

RESUMO

Este artigo apresenta a discussão sobre a importância da educação empreendedora para PcD's nas escolas. Através de uma revisão bibliográfica foi possível analisar se literatura, leis e pesquisas caminham para a mesma vertente em relação as práticas de educação empreendedora para esse público. A pesquisa demonstra que, embora a legislação brasileira e a literatura enfatizem a importância da educação empreendedora para o empoderamento de pessoas com deficiência, a prática ainda é limitada. A falta de capacitação dos professores e a ausência de dados sobre o número de empreendedores formais com deficiência são alguns dos desafios identificados. O estudo conclui que a educação empreendedora tem o potencial de transformar a vida de pessoas com deficiência, proporcionando autonomia e autossustento. No entanto, para que isso se concretize, é necessário uma atuação mais efetiva do governo para promover a capacitação de professores, maior inserção do conteúdo e a coleta de dados mais precisos sobre a realidade dos deficientes empreendedores.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva. Educação Empreendedora. Empreendedorismo. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This article presents a discussion on the importance of entrepreneurial education for PwD's in schools. Through a bibliographical review, it was possible to analyze whether literature, laws and research move towards the same direction in relation to entrepreneurial education practices for this audience. The research demonstrates that, although Brazilian legislation and literature emphasize the importance of entrepreneurial education for the empowerment of people with disabilities, the practice is still limited. The lack of teacher training and the lack of data on the number of formal entrepreneurs with disabilities are some of the challenges identified. The study concludes that entrepreneurial education has the potential to transform the lives of people with disabilities, providing autonomy and self-sufficiency. However, for this to come to fruition, more effective government action is needed to promote teacher training, greater insertion of content and the collection of more accurate data on the reality of disabled entrepreneurs.

¹ Graduação e Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa e Pós-Graduada em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade FaSouza. brendascastro03@gmail.com

KEYWORDS: Special and Inclusive Education. Entrepreneurial Education. Entrepreneurship. Person with Disability.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a temática sobre educação especial e inclusiva ainda é algo recente, considerando-se que, os maiores avanços só ocorreram a partir da década de 80. Isso aconteceu quando a Constituição de 1988 reconheceu como dever do estado garantir o atendimento educacional especializado de pessoas deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino. Foi somente a partir desse fato que o acesso à educação para essas pessoas passou a ser pauta e princípio de mudança nos ambientes educacionais, mas ainda se tratava de algo bem insipiente à época.

No decorrer dos anos, após a abertura que a Constituição Federal proporcionou ao tema, algumas outras leis foram surgindo e fortalecendo a educação especial no país. Essas leis destacam-se, cronologicamente, na Lei nº 7.853/1989, que instaurou a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na Lei nº 8069/1990, popularmente conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que previa ações de atendimento educacional especializado às crianças e adolescentes, na Lei de Diretrizes e Base nº 9394 de 1996, a qual dispõe de um capítulo próprio só para dispor sobre a Educação Especial no Brasil e, dentre outras, na mais recente delas, que foi a Lei nº 13.146/2015, intitulada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - LBI) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Quanto as nomenclaturas utilizadas, algumas alterações também ocorreram ao longo desses anos de solidificação do tema. Por que não mais falamos “Portadores de Necessidades Especiais (PNE)”? Neste caso, a resposta é simples: O termo foi alterado porque deficiência não é algo que se porta, não é um objeto, a pessoa tem uma deficiência e isso faz parte dela. Assim, durante todo esse artigo utilizaremos o termo “Pessoa com Deficiência”, que é atualmente recomendado e cuja sigla é “PcD”.

No entanto, o foco e o questionamento levantados nesse artigo são outros: todas essas leis e suas respectivas mudanças (tanto em termo de ações quanto de nomenclaturas) que transformaram o formato de ensino para esse público tem de fato contribuído para a preparação das pessoas com deficiência para a vida após o período escolar?

Não há dúvidas de que a educação especial e inclusiva veio ganhando força e espaço nos últimos anos, mostrando que inclusão não é somente garantir que as escolas acolham o público PcD, mas sim que elas sejam um espaço que acolhe a todos. Todavia, será que realmente as nossas escolas estão preparando o público PcD para serem o que quiserem, inclusive donos de seus próprios negócios? Aspirantes ao intraempreendedorismo? Como é praticada a cultura e educação empreendedora hoje para esse público? Ela existe?

O objetivo desse artigo é confrontar o que diz a literatura, as leis, os ambientes escolares e os indicadores de empreendedorismo no país, para ver se, de fato, todas essas vertentes se correlacionam, promovendo não só a inclusão como também a preparação para que a pessoa com deficiência no Brasil possa se sentir preparada para assumir, entre tantos outros papéis, o papel de empreendedor.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Empreender, para qualquer pessoa e seja qual for o ramo, sempre tem as suas dificuldades inerentes ao processo. Dedicção, tempo, gestão, custos, tudo isso e mais uma gama de fatores desafiam quem deseja arriscar-se em ter o seu próprio negócio. Mas empreender para as pessoas com deficiência, ainda é um pouco mais difícil, pois,

além de toda a dificuldade inerente ao ato de empreender em si, como apoio e políticas públicas, há ainda uma questão cultural, no que tange o empreendedor deficiente, carecendo, portanto, de mudanças culturais e comportamentais para alterar a maneira como atualmente as pessoas com deficiência são percebidas pela sociedade (RAMOS, KRAKAUER, 2018, p. 197).

Essa limitação devido a percepção pela sociedade ainda pode ser potencializada pelo próprio sentimento de inferioridade do deficiente frente as

diferentes questões. Renko, Harris e Caldwell (2016) consideram que a deficiência pode, inclusive, ser uma barreira para que o indivíduo empreenda, dado o preconceito existente e outras questões culturais e atitudinais, inclusive do próprio deficiente que não se sente capaz.

Logo, partindo desse pressuposto que além das próprias limitações da deficiência, o público PcD ainda tem que lidar muita das vezes com o sentimento de incapacidade, é notório que estimular o empreendedorismo para essas pessoas é ainda um desafio, seja pelo preconceito existente, seja pela falta de ações de incentivo e apoio. (RAMOS, KRAKAUER, 2018).

Para Oliveira, Goulart e Fernandes (2009) existem relevantes transformações que as pessoas com deficiência deverão superar para serem incluídas. Essas dificuldades poderiam ser eliminadas pelo menos em parte mediante uma educação adaptada à realidade das pessoas com deficiências e o uso de tecnologia para diminuir as barreiras (FERRARI, SILVA, 2008)

Essa mudança de paradigma parte não só de uma educação inclusiva, mas também de uma educação que deve ser empreendedora, que gere o empoderamento da pessoa com deficiência, para que possam derrubar as barreiras, levando a mudança de pensamento da sociedade, para que deem o suporte necessário para que essas pessoas tenham acessibilidade a todos os recursos disponíveis. (RAMOS, KRAKAUER, 2018).

Ramos e Krakauer (2018) afirmam que não existe uma teoria empreendedora para pessoas com deficiência, nem deveria, mas é necessária a criação de programas específicos para essa relevante quantia de pessoas que vivem no Brasil, visto as necessidades especiais que demandam. Isso reforça a importância da educação empreendedora nas escolas, elevando as pessoas com deficiência para não só alguém que precise de um olhar especial e inclusivo, mas também para alguém que tem potencial e agrega valor à sociedade.

Levantando a bandeira da educação empreendedora nas escolas, Ferrari e Silva (2008) indicam que a educação constitui um dos mais importantes elementos a serem considerados no processo de empreender do público PcD. Assim sendo, desenvolver ações de uma Educação Empreendedora, ao mesmo tempo, que

acolhem e procuram educar pessoas com necessidades especiais é algo que proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de gerirem seu próprio sustento e se tornarem parte da população ativa do país (GARÉ, BRASILEIRO, 2017).

Para Renko, Harris e Caldwell (2016), o empreendedorismo não exclui, afasta ou discrimina pessoas com ou sem deficiência, muito pelo contrário, ele proporciona independência. Na maioria dos casos, a deficiência não é fator impeditivo para que as pessoas possam utilizar e desenvolver suas competências empreendedoras (RAMOS, KRAKAUER, 2018).

Dessa forma, ao se preparar as pessoas com deficiência para empreender, elas poderão, através do negócio próprio, viver sua vida com mais naturalidade, inseridas na sociedade e gerando receita (RAMOS, KRAKAUER, 2018). Atualmente, o empreendedorismo é uma das formas de ajudar as pessoas com necessidades especiais a buscarem seu autossustento (GARÉ, BRASILEIRO, 2017).

Todavia, conforme aponta Oliveira, Goulart e Fernandes (2009) existem relevantes transformações que as pessoas com deficiência deverão superar para serem incluídas. Dolabela (2001) é categórico ao afirmar que,

um dos maiores equívocos da educação empreendedora no Brasil é não considerar o empreendedorismo como um fenômeno cultural, o que enseja a adoção de uma estratégia pedagógica inadequada porque supõe, enganosamente, que os elementos que definem o empreendedor são conhecimentos que podem ser transferidos na forma do ensino convencional (DOLABELA, 2001, P.81).

Enfrentar essas dificuldades é um ponto que deve partir primeiramente de dentro das instituições de ensino, pois, ao ofertarem o ensino empreendedor, elas conseguem inculcar nos alunos com necessidades educacionais especiais conhecimento prático, envolvimento com a comunidade, além dos muros da instituição e relacionamento humano dentro e fora da instituição (GARÉ, BRASILEIRO, 2017).

Encontrar este caminho de incluir PcD's não só enquanto estudantes do ensino regular, mas como alguém que tenha a mesma igualdade de acesso à educação e a prática empreendedora, é a pedagogia dos sonhos, pois olha para todos como empreendedores potenciais (NETO, CARDOSO, 2010).

Neste momento, muitos podem questionar sobre as deficiências mais severas, com graves danos cognitivos e, obviamente, cada caso tem sua particularidade e a

educação especial e inclusiva está aí para isso. Mas estamos falando de diferentes sujeitos, alguns com pequeno Déficit Intelectual, outros com Down, Autistas, Deficientes Físicos, etc. que podem, se estimulados devidamente, dentro de suas particularidades, encarar o empreendedorismo com maestria. São pessoas que precisam de currículos construídos de acordo com suas necessidades físicas e cognitivas individuais (GARÉ, BRASILEIRO, 2017).

A fase escolar da vida de qualquer indivíduo é onde ele fortalece ou limita sua autoconfiança e, na pessoa com deficiência, isso não é diferente. Esse caminho de empoderamento ao empreendedorismo só é, portanto, possível, com a inserção mais efetiva de uma cultura empreendedora nas escolas, especialmente naquelas voltadas ao atendimento a deficientes (FERRARI, SILVA, 2008).

Indo além, essa prática deve ser inserida o quanto antes na vida da pessoa com deficiência pois, como cita Dolabela (2001), a Educação Empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque diz respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora.

Dessa forma, o fato de se desenvolver uma cultura de educação empreendedora nas escolas desperta no aluno o olhar para outras possibilidades. O empreendedorismo pode passar a ser visto como uma opção que vai acolher, oportunizar e representar uma possibilidade de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho (DOLABELA, TORQUATO, 2015).

A prática empreendedora voltada para pessoas com deficiência proporciona, segundo Garé e Brasileiro (2017) o vislumbrar de tornarem-se gestores de seu sustento, desenvolvendo trabalhos a partir de suas habilidades e competências. Indo além, ela pode contemplar conteúdos capazes de integrar a pessoa de maneira global, já que atividades relacionadas à vida prática diária são componentes primordiais para essas pessoas com necessidades educativas especiais. (GARÉ, BRASILEIRO, 2017).

Portanto, os ganhos envolvidos na prática da educação empreendedora na vida de um deficiente são muitos. Estamos tratando de um modelo de educação que gera no estudante uma mentalidade pronta para criar valor para a sociedade. Além disso, o desenvolvimento de competências associadas às atitudes favoráveis ao empreendedorismo inclui, entre outras, a assunção de riscos, a liderança, a

autoconfiança, a criatividade e a resolução de problemas (DA COSTA, CARVALHO, 2011).

2.1. METODOLOGIA

O presente estudo foi delineado por meio do método de pesquisa bibliográfica, pois este abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. (LAKATOS, MARCONI, 2005).

O intuito proposto ao escolher este método é a possibilidade de buscar referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002). Para tal, neste artigo, foram analisados autores que já se debruçaram sobre a área temática abordada nesse artigo, no intuito de compreender como a literatura já vem tratando a questão do empreendedorismo e da educação empreendedora para PcD's.

Também foram analisadas leis e documentos normativos com vertentes pertinentes ao tema, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e, principalmente, a mais recente delas, que é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) para entender melhor qual panorama e obrigatoriedades elas trazem. Ademais, também foram analisados os seguintes documentos, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1: Pesquisas Analisadas

NOME DA PESQUISA	INSTITUIÇÃO REALIZADORA	ANO
Relatório Executivo sobre "Empreendedorismo no Brasil"	Realizado pelo <i>Global Entrepreneurship Monitor</i> (GEM), que é a maior e mais importante pesquisa feita sobre empreendedorismo no mundo.	2019

Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)	Realizada pelo IBGE	2022
Pesquisa “Educação empreendedora: percepção dos educadores”	Realizada pelo SEBRAE com parceria da Fundação Roberto Marinho e do Plano CDE	2022
Pesquisa de Percepção “Empreendedorismo e Pessoa com Deficiência”	Realizada pelo SEBRAE/SP em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Dados (SEADE) e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo	2023

Fonte: Próprio autor.

2.2. DISCUSSÃO

Como colocado inicialmente, o objetivo deste artigo é fazer o confronto do que diz a literatura, as leis e os indicadores de empreendedorismo no país, para ver se, de fato, os ambientes escolares têm propagado não só a inclusão, mas também a preparação para que a pessoa com deficiência no Brasil possa se sentir preparada para assumir, entre tantos outros papéis, o papel de empreendedor.

Esse caminho, obviamente, parte de um princípio de educação empreendedora para o público PcD. Como colocado por Garé e Brasileiro (2017), se a prática empreendedora voltada para pessoas com deficiência proporciona o vislumbrar de tornarem-se gestores de seu sustento, ter contato com esse universo empreendedor desde a fase educacional é o meio mais eficaz para empoderar, auxiliar e encurtar caminhos que, muitas das vezes, são muito mais longos para as pessoas com deficiência, pois enfrentam preconceito e falta de credibilidade por parte da sociedade.

Por que a educação empreendedora poderia ajudar tanto nessa questão? Pois, no caso dos deficientes, o desemprego acontece na maior parte das vezes por preconceito e falta de inclusão efetiva das empresas, os obrigando a garantir sustento no empreendedorismo por necessidade. E esse tipo de empreendedorismo, sem nenhum preparo, tende a não prosperar. Porém, será que estes estímulos estão sendo postos em prática, principalmente, dentro das escolas?

Num contexto geral, a prática da Educação Empreendedora no Brasil já está integrada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desde 2020, no intuito de acompanhar o desenvolvimento dos alunos sobre essa temática desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. O objetivo da inserção dessa prática na BNCC é que a mesma seja ofertada na rede regular de ensino que, através da inclusão, abarca também a educação especial e, obviamente, a pessoa com deficiência.

No entanto, como mostra a pesquisa realizada pelo Sebrae e pela Fundação Roberto Marinho com professores de todo o país, apenas 25% dos docentes entrevistados afirmam conhecer muito bem o tema da Educação Empreendedora e, além disso, existem outras resistências para sua aplicabilidade em sala, apontados por eles como falta de tempo para desenvolver e passar o conteúdo pedagógico obrigatório, falta de interdisciplinaridade entre as disciplinas e os professores e o desconforto em trabalhar esse tipo de competência (SEBRAE, 2022).

Aprofundando nessa questão, de acordo com o relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), o Brasil ocupava a 56ª posição em uma lista de 65 países quando se trata de educação empreendedora. A necessidade de investir na educação empreendedora, em todos os níveis e, especialmente, no nível básico, é latente (GEM, 2019).

Dessa forma, segue a indagação: se o professor não se sente preparado para aplicar as práticas empreendedoras no ensino regular, como ele pode agir ainda mais efetivamente sobre esse tema no contexto da educação especial? Isso levanta a urgência de se capacitar professores para atuarem com novos métodos educacionais no intuito de alcançar o maior número possível de pessoas, visando torná-las independentes e autossustentáveis (GEM, 2019).

Indo para além do contexto escolar, A LBI cita, entre os Art. 34 ao 38, que “Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias”.

Segundo estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões e dessas, 12 milhões estavam fora da força de trabalho. Além disso, piorando

o cenário, mais da metade (55,0%) da população ocupada com deficiência estava na informalidade (IBGE, 2022).

Todavia, é válido ressaltar que, a pesquisa não traz dados sobre qual é a parcela percentual PcD que empreende no país. O levantamento foca apenas no contexto geral, ou seja, deficientes registrados ou informais no mercado de trabalho. Não temos hoje, mensurados, o número de brasileiros deficientes que são empreendedores formais. Tudo que temos são estudos de casos, recortes regionais, estaduais, etc. Não se têm um compilado nacional para apresentar.

A ausência de dados já pode ser considerada como um retrato negativo do contexto da educação empreendedora no Brasil pois, se o número de empreendedores deficientes não é um número considerado pelo governo como um dado de importante contabilização, por que as escolas deveriam investir nessa prática?

Outra questão válida de ser ressaltada é que, muitos desses empreendedores deficientes que temos hoje e que não estão contabilizados, se tornaram empreendedores por necessidade, fruto do preconceito e das poucas oportunidades que o mercado de trabalho oferece para esse público.

Uma demonstração da dimensão da importância de uma educação empreendedora dentro das escolas para formar o cidadão com deficiência, é o fato de que, numa pesquisa de percepção realizada pelo SEBRAE/SP juntamente com a Fundação Sistema Estadual Análise de Dados (SEADE) e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, dentre os empreendedores PcD's entrevistados, apenas 10% alegaram já ter tido contato com algum tipo de treinamento relacionado a empreendedorismo (SEBRAE, 2023).

Ou seja, um recorte mínimo de uma fatia do Brasil: São Paulo. Se no estado tido como um dos mais desenvolvidos do país, ao considerar uma amostragem e somente 10% alegar contato com educação empreendedora em algum momento da vida, isso nos desperta para a falha que está sendo cometida para com essas pessoas. Onde estão os programas de incentivos ao empreendedorismo previstos pela LBI? Por que não fortalecer as escolas nessa prática e já deixar a base

empreendedora pronta na formação dos cidadãos como um todo e, dos deficientes, em especial?

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este artigo buscou confrontar diferentes documentos, como leis, pesquisas e a própria literatura, no intuito de descobrir como vem caminhando os posicionamentos referentes às práticas de educação empreendedora dentro das escolas brasileiras, com recorte especial voltado para a importância do seu ensino para alunos com algum tipo de deficiência.

O objetivo desse olhar foi mostrar o papel que a educação empreendedora tem como “promotora” de autonomia para as PcD’s. Analisando a literatura, foi possível observar nas diferentes citações, a importância da prática da educação empreendedora nas escolas, abarcando principalmente os alunos com deficiência, pois seu ensino pode ser considerado como um fator determinante de posicionamento desse público no mercado de trabalho, trazendo novas possibilidades, tanto de autonomia quanto de autossustento.

Ao analisar leis e documentos, como a BNCC e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também é possível notar prerrogativas que mostram o dever de inserção da educação empreendedora nos ambientes escolares e na sociedade, prevendo inclusão do tema tanto nas capacidades formativas das escolas quanto no estímulo à programas de apoio ao empreendedorismo para PcD’s.

Todavia, esse cenário aparentemente resguardado por lei e defendido pelos estudiosos da área não é o que de fato se apresenta como praticado de acordo com as pesquisas analisadas. Pode-se notar dados alarmantes de deficientes fora do mercado de trabalho e sem um preparo significativo em termos de empreendedorismo, além disso, os novos currículos escolares com previsão de práticas empreendedoras têm sido ainda pouco explorados, com números escassos de docentes capacitados e uma posição global significativamente baixa no ranking de países praticantes de educação empreendedora.

Outro ponto importante de ser levado em consideração é a inexistência de uma pesquisa que mapeie a nível de território nacional quantos empreendedores formais deficientes temos atualmente no Brasil. Esse número nos ajudaria a entender melhor não só o quanto ainda precisamos avançar nessa temática dentro das escolas como também o quanto isso facilitaria a vida de outros milhões de brasileiros deficientes que poderiam encontrar autonomia, empoderamento e autossustento no empreendedorismo devidamente ensinado e estimulado.

É importante ressaltar também que este estudo enfrentou limitações. Para estudos futuros sugere-se a busca por mais pesquisas de recortes regionais e/ou pesquisas de campo em locais que sejam referências nessas práticas, para que possam encorpar o volume de dados referentes tanto as práticas de educação empreendedora dentro das escolas no país como também a tentativa de se aproximar da real quantidade de deficientes empreendedores devidamente formalizados, enquanto seguimos aguardando que essa informação se torne um dos pontos abordados pelas próximas PNADs.

Em suma, chegamos à conclusão de que literatura e leis já se curvam à importância da temática e da prática da educação empreendedora na vida das pessoas com deficiência. No entanto, a realidade ainda se apresenta muito aquém do esperado dentro dos ambientes escolares e isso reflete, posteriormente, no número de deficientes desempregados e informalizados após a conclusão de suas vidas escolares. Torna-se necessário, portanto, uma ação mais efetiva do governo e de seus devidos representantes da educação para que os professores sejam capacitados e ensino empreendedor seja de fato colocado em prática em todo país.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. [Lei nº 8.069, 13/07/1990]. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 jul. 1990.

BRASIL. [Lei nº 9.394, 20/12/1996]. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez. 1996.

BRASIL. [Lei nº 13.146, 6/7/2015]. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 6 jul. 2015.

DA COSTA, Maria Teresa Gomes; CARVALHO, Luisa Cagica. A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior. *Revista Lusófona de Educação*, v. 19, n. 19, 2011.

DOLABELA, Fernando. A pergunta recorrente: e depois que aprendermos a fazer o pão? *Revista Aminoácidos*. Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED). 2001

DOLABELA, F.; TORQUATO, C. *Empreendedorismo sem fronteiras: um excelente caminho para pessoa com deficiência*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

GARÉ, Ruth Maria Rodrigues; BRASILEIRO, Alessandra de Falco. APAE: um modelo de educação empreendedora. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, v. 7, n. 2, 2017.

GEM, Global entrepreneurship monitor: Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo de 2019. Curitiba: IBQP. Disponível em: < <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NETO, Bezamat de Souza; CARDOSO, Merilane Emanuele. *Pedagogia empreendedora*. São João del-Rei, MG: UFSJ, 2010.

RAMOS, Marco Antônio; KRAKAUER, Patricia Viveiros de Castro. Fomento ao empreendedorismo para deficientes no estado de São Paulo. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 7, n. 1, p. 195-225, 2018.

RENKO, M., HARRIS, S. P., & CALDWELL, K. (2016). Entrepreneurial entry by people with disabilities. *International Small Business Journal*, 34(5), pp. 555–578.

FERRARI, A. B.; SILVA, C. D. As dificuldades para empreender do ponto de vista dos cegos. In: V Encontro De Estudos Sobre Empreendedorismo E Gestão De Pequenas Empresas, 2008, Curitiba.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Empreendedorismo e Pessoa com Deficiência. 2023. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/Empreendedorismo_Pessoa_com_Deficiencia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Educação empreendedora: percepção dos educadores. 2022. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/09/3.-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Rafael-Camelo.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2024.

OLIVEIRA, M. A., GOULART JÚNIOR, E., & FERNANDES, J. M. (2009). Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, 15(2), pp. 219-232.